

EXPECTATIVAS DOS PAIS EM RELAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Parent's expectations in relation to fundamental education of nine years

Claudineia Martins da Silva Leite –UFSCar/Sorocaba*

Dayane Prado Paschoal Costa –UFSCar/Sorocaba**

Paulete Zilli Silveira de Salles –UFSCar/Sorocaba***

Resumo: Este artigo traz uma reflexão sobre as mudanças nas políticas educacionais e suas consequências, à luz da pesquisa sobre a alteração do Ensino Fundamental de oito para nove anos e a antecipação da matrícula para crianças de seis anos. Foi realizada pesquisa bibliográfica, embasada em diversos autores que estudam o assunto e também realizada pesquisa de campo através de entrevistas com pais de alunos, para a coleta de informações e opiniões destes sobre sua expectativa a respeito do estudo de seus filhos. O artigo também discorre sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, a Lei nº 11.274/2006, as orientações gerais do MEC sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos e suas expectativas sobre tais mudanças para a vida escolar das crianças brasileiras. Em todo o momento da pesquisa, fica evidente que a presença e a parceria das famílias junto à escola são o motivo principal do sucesso escolar.

Palavras-chave: Ensino fundamental de nove anos. Políticas educacionais. Relação família e escola.

Abstract: This article reflects on the changes in educational policies and their consequences in the light of research on the alteration of primary education from eight to nine years and the anticipation of enrollment for six-year old's. A bibliographic research was performed, based on several authors who study the subject and investigative research through interviews with parents of students, to collect information and opinions about their expectations regarding the study of their children. The article also deals with the Law of Directives and Bases of Education No. 9.394/1996, Law No. 11.274/2006, the general guidelines of the MEC on the Elementary Education of Nine Years and their expectations about such changes for the school life of brazilian children. Throughout the research, was evident that the presence and partnership of families with the school are the main reason for school success.

Keywords: Nine-year elementary school. Educational Policies. Family and school relationship.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o domínio da escrita alfabética foi restrito a poucos nas sociedades ocidentais, sendo privilégio das pessoas das classes dominantes. No Brasil não era diferente. No entanto, principalmente após a proclamação da República, no intuito de se modernizar e se desenvolver socialmente, surgiu a necessidade da universalização da escola. Segundo Mortatti (2006):

A leitura e a escrita – que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas "escolas" do Império ("aulas régias") – tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados. (MORTATTI, 2006)

Com o decorrer do tempo, porém, analisando a história da educação brasileira, observa-se que, apesar das várias tentativas de erradicação do analfabetismo, não houve sucesso, principalmente devido às desigualdades sociais

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* Sorocaba. E-mail: claudisilva66@gmail.com

**Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* Sorocaba. E-mail: dayaneeducacao@hotmail.com

***Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – *Campus* Sorocaba. E-mail: paulete.salles@gmail.com

e econômicas presentes na sociedade brasileira. Houve, contudo, avanços na Política Educacional brasileira, conforme lemos na própria Constituição Federal, em seu art. 208, § 1º: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo" e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente". (BRASIL, 1988). E também conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, inciso I:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (BRASIL, 1996)

A política de ampliação da escolarização do Ensino Fundamental - antes realizado em oito anos, agora estendido para nove anos - apresentou-se como possível solução para a diminuição do analfabetismo no Brasil, pelo fato de prever mais tempo de permanência da criança na escola, segundo proposta do Ministério da Educação:

A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. Ressalte-se que a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo: a associação de ambos pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa. (BRASIL, 2007)

Essa ampliação foi indicada pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando-se, pela Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001, meta a ser executada em 2010. Porém, foi a partir da Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que se instituiu a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Como pontua Ferreira (2013, p. 78), "[...] uma política afirmativa de equidade social, dos valores democráticos e republicanos".

Conforme Furghestti, Greco e Cardoso (2012), "[...] a ampliação do ensino fundamental para nove anos no Brasil se coaduna à prática de vários países que apresentam em média 12 anos de escolarização básica, incluindo países da América Latina." Assim, o Brasil procura superar, dentre outros problemas relativos à educação, o analfabetismo e as altas taxas de evasão escolar e repetência.

O domínio da escrita alfabética é fundamental para a vida social, devendo esse domínio ser alcançado no processo ensino-aprendizagem. A escrita e a leitura fazem parte do cotidiano das pessoas, pois através da escrita as ideias são expressas e através da leitura são interpretadas. Conforme Ferreira (2013), "[...] entendemos que não haveria escrita (registro) sem a leitura (comunicação), ou seja, a escrita existe mesmo sem a presença do autor, pois ela fixa uma ideia como extensão da memória".

Entendendo que todas as crianças, através da escola, têm direito de acesso à linguagem escrita, a ampliação dos anos iniciais do Ensino Fundamental de quatro para cinco anos, aumenta a possibilidade da aquisição do domínio da alfabetização e do letramento, além de outras aprendizagens próprias dessa idade, respeitando a capacidade cognitiva de cada criança.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ENGAJAMENTO EM MEIO A MUDANÇAS

Muitas pesquisas mostram que o envolvimento da família com a educação de seus filhos contribui para a construção de uma educação de qualidade, o que parece ser fator essencial para o sucesso escolar. As orientações gerais do MEC para o Ensino Fundamental de Nove Anos, considerando que aos seis anos de idade a criança possui o desejo de frequentar a escola para aprender a ler e escrever expressam a importância do envolvimento família e escola:

O desenvolvimento maior ou menor desses aspectos e as possibilidades de aprendizagem dessas crianças são determinados pelas experiências e pela qualidade das interações às quais se encontram expostas no meio sociocultural em que vivem ou que frequentam. Daí o papel decisivo da família, da escola e dos professores, como mediadores culturais no processo de formação humana das crianças. (BRASIL, 2004, p. 20)

E também:

Continuidade e ampliação - em vez de ruptura e negação do contexto sócioafetivo e de aprendizagem anterior - garantem à criança de seis anos que ingressa no Ensino Fundamental o ambiente acolhedor para enfrentar os desafios da nova etapa. (BRASIL, 2004, p. 20)

No entanto, as mudanças determinadas pelas políticas educacionais mexem com a vida dos estudantes e de seus familiares. Isso ocorreu em relação à mudança do ensino fundamental para nove anos, antecipando a matrícula das crianças para os seis anos de idade, gerando dúvidas, inquietações e preocupações em relação ao seu aprendizado, à adaptação a essa nova escola, à possibilidade de deixarem as brincadeiras de lado para focar a alfabetização e o letramento.

A família e a escola muitas vezes se desencontram diante de uma mudança repentina que afeta um campo tão importante da vida das crianças: a educação. É necessário o engajamento não somente da escola buscando um processo democrático de participação, como também o engajamento de toda a Rede de Ensino no que tange às informações sobre as alterações das políticas públicas, bem como maiores esclarecimentos por parte dos municípios, estados e governo federal a respeito dessas mudanças.

É preciso oferecer condições e oportunidades para que os pais participem de forma ativa e efetiva da educação de seus filhos, de forma que as disposições legais que incentivam as parcerias não permaneçam estagnadas somente no campo legal, mas se materializem de fato através da disposição dos atores envolvidos nessa relação como afirma Paro (1999, *apud* AUGUSTO; MEDEIROS, 2013): "é importante o oferecimento de condições mínimas de participação e representação dos pais na escola".

Conforme Arelaro, Jacomini e Klein (2011), os resultados obtidos em pesquisa de campo realizada pelos autores citados em duas escolas da rede estadual e três escolas da rede municipal de Suzano, São Paulo, os professores entrevistados relatam que tiveram foram informados a respeito da mudança do ensino fundamental para nove anos, porém não foram em momento nenhum orientados sobre como seria a adaptação a nova estrutura de ensino. Os que adquiriram algum tipo de conhecimento a respeito das mudanças, a buscaram por próprio interesse. No geral todos afirmam que, informações concretas vindas de suas secretarias, não houve em momento algum, como se observa na resposta seguinte:

Não participei, na verdade eu fui buscar todas as informações por conta própria. Praticamente não houve comentário nenhum, a única discussão que aconteceu foi por minha iniciativa quando no ano de 2006 eu peguei uma sala de 1ª série, na qual todos tinham 6 anos (Professora da rede estadual paulista *apud* ARELARO, JACOMINI e KLEIN, 2011).

Quanto aos pais entrevistados na pesquisa supracitada, 80% relatam que sabiam da antecipação da matrícula de seus filhos aos 6 anos no ensino fundamental, no entanto não foram consultados ou informados do motivo da ocorrência dessas mudanças no ensino. Entre todos os entrevistados - professores, pais e até mesmo os alunos - foram unânimes as falas de que não houve discussão e explicação de o porquê da implementação dessa política.

EXPECTATIVAS DOS PAIS EM RELAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL

Apesar de a relação família e escola na atualidade ser apontada como de extrema importância para o sucesso escolar buscando-se amplamente, por meio de leis e projetos, a possibilidade de aproximação desta relação, ainda é possível observar a existência de conflitos, principalmente quando se trata da questão da participação dos pais, pois estes são culpabilizados por muitos dos professores que os caracterizam como omissos, como é pontuado por Pereira (2005):

Os discursos sobre omissão parental são emitidos pelos professores principalmente quando os pais estão ausentes do espaço escolar. Por não serem vistos na escola, essa invisibilidade é imediatamente interpretada como indiferença ou descaso destes em relação aos assuntos escolares de seus filhos. (PEREIRA, 2005).

Conforme Ferreira (2013) que realizou pesquisa junto a pais de crianças prestes a ingressar no novo Ensino Fundamental de Nove Anos, as expectativas dos pais em relação aos estudos dos filhos é que, em decorrência da aprendizagem da leitura e da escrita, seus filhos tenham um futuro profissional melhor que o seu; por isso, valorizam muito a educação, acreditando que, a partir do ingresso ao Ensino Fundamental, termina a fase de brincadeiras e inicia uma fase de maior responsabilidade com os estudos. Muitos pais, apesar da pouca escolaridade que têm, procuram auxiliar as crianças nas tarefas escolares ou solicitam a ajuda dos filhos mais velhos já alfabetizados. Os resultados apontados pela pesquisa acima revelam a alta expectativa que os pais têm a respeito da educação escolar de seus filhos, "contrariando o 'mito da omissão parental'" (LAHIRE, 2004, *apud* FERREIRA, 2013). Também, segundo constatado pela pesquisa da Ferreira (2013):

A partir dos resultados obtidos, podemos considerar que a escola conhece pouco os contextos familiares em que seus alunos estão inseridos, sobretudo o ambiente letrado familiar. A comunicação com as famílias é muito restrita, e os pais acabam assumindo uma postura passiva no processo de escolarização de seus filhos. Dessa forma, podemos pensar que o projeto de ampliação do Ensino Fundamental para as crianças de seis anos foi implantado sem conhecer a realidade e as expectativas dessas famílias, sobretudo, sobre a cultura familiar com a linguagem escrita. (FERREIRA, 2013, p. 93)

Existe ainda por parte das famílias uma ansiedade e expectativas quanto à alfabetização rápida das crianças, o que demonstra que o ensino fundamental de nove anos ainda é envolto em muitas dúvidas não esclarecidas, já que sua ampliação prevê um ciclo sequencial que deve assegurar à criança a aquisição da alfabetização e do letramento durante os seus três primeiros anos.

Nos últimos anos, inúmeras modificações vêm ocorrendo na Educação Básica, especialmente com a matrícula obrigatória aos seis anos, tais como a ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos, a redefinição da Educação infantil e o estabelecimento do ciclo da infância, que é formado pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental de Nove anos, e que prevê a progressão dos alunos do 1º ao 3º sem retenção. (MOLON e cols, 2015, p.61).

A pesquisa realizada pelas autoras do presente artigo com pais de uma escola de educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de Araçoiaba da Serra, interior do estado de São Paulo teve como objetivo, numa perspectiva qualitativa, conhecer tanto as expectativas dos pais quanto seu engajamento na educação de seus filhos.

A coleta dos dados foi feita através de entrevistas áudio-gravadas e transcritas pelas pesquisadoras, colhendo-se, assim, uma pequena amostra dos resultados. Foram abordadas as seguintes questões: Você sabe quantos anos dura o ensino fundamental hoje em dia? Quantos filhos você tem e qual a idade deles? Em que ano estão estudando? O que você acha da escola? E do(a) professor(a)? Traz tarefas para casa? Você ajuda seus filhos na realização das tarefas? Você participa de reuniões na escola? Que expectativas você tem em relação aos estudos de seu filho?

Constatou-se que os resultados apontados pela presente pesquisa não diferem dos relatos estudados nos artigos aqui referenciados. Tomando-se como exemplo as respostas de duas das mães entrevistadas, as da Andrea e as da Gilda¹, respectivamente mãe de uma criança de 5 anos matriculada no último ano da educação infantil preparando-se para o ingresso ao primeiro do ano do ensino fundamental, e mãe de uma criança do 4º do ensino fundamental, observa-se o seguinte:

- Quando questionadas sobre o tempo de duração do ensino fundamental, mostraram conhecimento a respeito:

Era até a oitava série [...] Agora tem até o nono, né? Oitavo, nono, depois entra o primeiro. (ANDREA)

¹ Para preservar a privacidade das mães entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios.

Sim, durou do primeiro ano até à oitava série. [...] Hoje em dia são nove anos, do primeiro ao nono ano. (GILDA)

- Sobre as expectativas quanto ao ensino fundamental:

Assim quando ela entrar no primeiro ano eu acho que vai tipo vão sair da fase de brincadeira, né, vão entrar na fase que... mais de aprendizado vão começar a aprender tipo aprender mais coisas né, ser mais interessantes as tarefas, vão começar a aprender mais histórias né, é uma parte boa. (ANDREA)

Eu lembro que na 1ª série ela tinha uma professora que passava coisa que ela ficava incomformada, ela falava assim "parece coisa de prezinho", não se empenhava tanto, não se esforçava tanto e o ano passado também, e esse ano não, a professora dela já procura ajudá-los mais, procura fazer com que eles sejam mais esforçados, mais dedicados, já vai preparando eles melhor. (GILDA)

Comparando suas respostas observam-se semelhanças: ambas estão informadas a respeito da mudança do ensino fundamental de oito para nove anos e ambas acreditam que no ensino fundamental a fase de brincadeiras presentes na educação infantil deve ser substituída pela "seriedade" do aprendizado. Em relação à ludicidade no ensino fundamental, esta por muitas vezes é negligenciada e encarada de forma negativa na visão de professores e de familiares que pressupõem que, a partir de agora, os conteúdos tornam-se sérios e voltados à alfabetização e letramento e que a brincadeira deve ser destinada a espaços que não sejam a sala de aula e a escola, pois creem que brincando, perde-se tempo de aprendizagem.

Alguns familiares demonstram-se frustrados com essa nova proposta, pois entenderam que os filhos já deveriam estar lendo e escrevendo ao fim do primeiro ano. Desse modo, posicionaram-se contrários, não aprovando a mudança do Ensino fundamental para nove anos. Segundo eles, as crianças passam muito tempo brincando e não conseguem se alfabetizar, atribuindo a culpa dessa situação à professora, por vezes, à escola. (MOLON e cols. , 2015, p. 76).

Partindo do princípio de que brincar é da natureza de ser criança, não poderíamos deixar de assegurar um espaço privilegiado para o diálogo sobre tal temática procurando entender o brincar como um modo de ser e de estar no mundo, como uma das prioridades de estudo nos espaços de debates pedagógicos nos programas de formação continuada e nos tempos de planejamento, como uma expressão legítima e única da infância, como um dos princípios para a prática pedagógica utilizando a brincadeira nos tempos e espaços da escola e das salas de aula e também como possibilidade de conhecer mais as crianças e as infâncias que constituem os anos/séries iniciais do ensino fundamental de nove anos. (MEC, 2006, p.11-12 *apud* ROCHA, 2009).

Nessa idade, em contato com as diferentes formas de representação e sendo desafiada a delas fazer uso, a criança vai descobrindo e progressivamente aprendendo a usar as múltiplas linguagens: gestual, corporal, plástica, oral, escrita, musical e, sobretudo aquela que lhe é mais peculiar e específica, a linguagem do faz-de-conta, ou seja, do brincar. (MEC, 2004b, p.20, *apud* ROCHA, 2009).

A partir de afirmações desse tipo, o governo deixa clara a necessidade de que as "estratégias pedagógicas" evitem "a monotonia, o exagero de atividades 'acadêmicas' ou de disciplinamento estéril". (ROCHA, 2009, p.16)

A atividade lúdica é considerada tão fundamental para o desenvolvimento infantil, que foi objeto de pesquisa de renomados teóricos da psicologia, como L.S. Vygostsky, A.N. Leontiev e D.B. Elkonin, que afirmam que as atividades lúdicas provocam transformações radicais nas possibilidades do desenvolvimento psicológico humano. (ROCHA, 2009, p. 205).

No que se refere ao posicionamento dos pais, Rocha (2009) nos mostra que estes criaram uma grande expectativa quanto à alfabetização das suas crianças, deixando de lado a importância do brincar, e considerando apenas a aquisição de conhecimentos (como alfabetização e matemática) como sendo o essencial para a formação do aluno. O pensamento dos pais para o ensino de 9 anos não é a mesma escola pensada pelo governo, mas a escola que ensina a ler e escrever. (ROCHA, 2009, p. 210)

Retornando às respostas obtidas na pesquisa desenvolvida pelas autoras do presente artigo, observa-se o seguinte resultado em relação ao auxílio às tarefas escolares das filhas e à participação em reuniões de pais e mestres:

- Quanto às tarefas escolares:

Às vezes ela traz, não é sempre. Mas sempre vem uma folha da apostila pra gente fazer com os pais, pra ela fazer junto com os pais, que ela gosta bastante dessa parte. [...] sempre acompanho, sempre ajudo ela a fazer sim. (ANDREA)

Eu procuro acompanhar as tarefas, procuro acompanhar a lição de casa, procuro auxiliá-la no que eu posso. (GILDA)

- Quanto à participação nas reuniões de pais e mestres:

Todo mês tem uma reunião e eu vou em todas, assim procuro ir em todas ver como que está o desenvolvimento dela na escola. (ANDREA)

A reunião sempre tem. Se não me engano é de 3 em 3 meses e sempre que eu posso eu acompanho, devido ao meu serviço quando eu não posso acompanhar sempre eu comunico a professora pela agenda pra eu poder saber como está o comportamento dela, como está o andamento, se está precisando de ajuda, sempre que eu posso eu procuro sim estar presente na vida dela até pra "mim" poder saber como poder estar ajudando ela nas dificuldades pra poder sempre acompanhar. (GILDA)

As respostas de ambas revelam que a omissão parental tem realmente se mostrada como um mito (LAHIRE, 2004, *apud* FERREIRA, 2013), pois muitos pais preocupam-se com a educação dos filhos e envolvem-se em seu processo de ensino-aprendizagem, participando ativamente das tarefas que seus filhos levam para casa e das reuniões para as quais são convocados, visando o desenvolvimento escolar de seus filhos.

- Quanto à sua opinião a respeito da escola:

Na parte de aprendizado, nessa parte de tarefinhas, essas coisas, está tudo bem. Mas é mais na parte... na parte de falta de recurso, tem pouco recurso a escola, é bem simplesinha. (ANDREA)

A escola até que ela procura assim desempenhar o papel, pelo menos ela tenta. Só que às vezes falta material mesmo pros professores estarem trabalhando. A minha filha essa semana chegou falando que a impressora estava sem tinta e por isso a professora dela deu uma folha de sulfite para que possa fazer as provas na folha de sulfite, e pediu pra fazer uns desenhos pra poder dar nota... então, não é culpa da professora, é culpa realmente de quem fornece o material da escola, de estarem ajudando os professores nesta área para eles poderem também estar desempenhando o papel deles. (GILDA)

Novamente, comparando as respostas, observa-se a opinião crítica de ambas a respeito da falta de recursos da escola. Como afirmam Augusto e Medeiros (2013), devido à expansão do número de escolas no Brasil e do processo de democratização do ensino, são recorrentes as discussões acerca da sua qualidade. Isto tem se tornado um objetivo a ser alcançado por muitos pais que almejam um ensino de qualidade para seus filhos.

Em se tratando de ensino público muitos pais não se acham no direito e não se permitem cobrar um ensino de qualidade, devido à gratuidade da escola. Isso, de acordo com Augusto e Medeiros (2013) é um fator que gera dificuldade na participação destes pais de forma efetiva na escola e na cobrança para uma melhor qualidade de ensino.

A qualidade de ensino dentro da escola é atribuída a muitos elementos que vão desde as condições estruturais da própria escola - materiais, trabalho pedagógico - dentre tantos outros fatores internos e externos que podem contribuir positivamente ou negativamente para a melhoria. Na atualidade tem sido destacada a relação família e escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pais são vistos por algumas instituições de ensino como desinteressados na vida escolar de seus filhos pela não participação, mas o que não é levado em conta é o tipo de participação para a qual estes pais estão sendo chamados. As relações estabelecidas em muitos lugares têm o objetivo de que os pais conheçam o trabalho da escola, compareçam às reuniões de pais e mestres, mas não têm o intuito de convidá-los a participar de forma efetiva e democrática da construção do ambiente escolar no qual seus filhos estão inseridos.

A relação família escola ainda se encontra superficial onde cabe à escola resolver os problemas da escola, mas ela, por sua vez, adentra nas questões familiares como pontua Oliveira e Araújo (2010):

À família são impostos limites para entrar em questões próprias da escola, como no campo pedagógico. Mas o mesmo parece não acontecer com relação a sua entrada na família, pois aquela acredita ser autorizada a penetrar nos problemas domésticos e lidar com eles, além de considerar apta a estabelecer os parâmetros para a participação e o envolvimento da família. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010, p.104).

A escola e os docentes denotam como importante o papel da família para o bom desempenho escolar de seus alunos e querem a família como parceira, mas estes projetos de parceria estão conseguindo ser estabelecidos ou esta relação de aproximação permeia ainda caminhos de complexidades?

A escola por muitas vezes tem a ideia de que a família opera de forma inversa ao seu objetivo educacional e busca o caminho de aproximação, mas estabelece esta relação com a família com ênfase nos problemas, para orientar aos pais como devem educar seus filhos, na tentativa de fornecer a eles instrumentos para que seus filhos obtenham bom desempenho e sucesso escolar, dentre outras questões que muitas vezes em vez de aproximar acabam resultando num afastamento.

A escola e família têm suas especificidades e suas complementaridades, embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que a sustenta como instituições. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010, p. 101).

À guisa da conclusão, baseados nas respostas da Andrea e da Gilda à pergunta sobre suas expectativas em relação aos estudos dos filhos, observa-se que elas expressam o desejo que existe em muitos pais de verem seus filhos bem-sucedidos, como resultado da alfabetização, letramento e demais aprendizagens oferecidas pela escola:

Eu espero que eles venham a ser alguém, né, ter... ter o seu próprio sustento, ser independente, né, poder ter as coisas que eles necessitam, que eles quer, tipo crescer né ser alguém importante, se sair bem no futuro. (ANDREA)

O estudo é muito importante sim, porque geralmente quando a pessoa para de estudar na adolescência ou acha que não precisa, que é perda de tempo, aí depois mais tarde percebe que o mercado de trabalho exige uma boa qualificação não só de estudo, preparação, e mesmo quem estuda já é difícil, sem estudo então... eu acho muito importante sim o estudo e eu vejo até nas pequenas coisas, pra quem não estuda, não tem uma boa preparação, há várias coisas, até preconceito mesmo das pessoas que menosprezam quem não terminou os estudos. Existem várias etapas, mas o estudo é muito importante, é fundamental né, e é bom pro ser humano estar sempre ativo, sempre procurando aprender coisas novas, sempre... nunca parar, e não só... e eu espero sim uma "melhoria", eu espero com certeza que vai dar tudo certo, que o nosso país ainda... tenhamos orgulho de nossa educação. (GILDA)

Partindo desse pressuposto, afirma-se que a família e a escola são instituições que estabelecem entre si uma relação a partir do seu objeto, pois as duas têm a incumbência da educação e o preparo para a cidadania. É extremamente necessário, portanto, que os professores e as famílias dos alunos conheçam a proposta da política implantada para o ensino fundamental de nove anos, não de maneira superficial, mas, sim, esclarecedora, devendo sanar possíveis dúvidas em um processo democrático, no qual os atores envolvidos possam ter vez e voz.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.; RAITZ, T. R. As possíveis razões do sucesso escolar em duas escolas públicas. In: *Anais do IX Seminário da ANPED Sul*, 2012. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1595/139> . Acesso em: 20 nov 2017.

ARAÚJO, C. M. Marinho; OLIVEIRA, C.B.E. de. A relação família–escola: intersecções e desafios. In: *Estud. psicol.* (Campinas) vol.27 no.1 Campinas jan./mar. 2010

ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; KLEIN, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.1, 220p.35-51, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a03.pdf> . Acesso em: 16 nov 2017.

AUGUSTO, G. de O.; MEDEIROS, A. M. S. de. O ensino e sua qualidade na perspectiva dos pais. In: *anais do V FIEPD - Fórum Internacional de Pedagogia*, 2013, Vitória da Conquista - Bahia. FIPED - v. 1. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_114_7c18d73da5f76fa9019c68c9d8f86403.pdf Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 06 dez 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Do Ensino Fundamental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 06 dez 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. *Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações gerais*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf> . Acesso em: 05 dez 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coordenação-Geral do Ensino Fundamental. *Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. 2ª ed. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>. Acesso em: 05 dez 2017.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf> . Acesso em: 16 nov 2017.

FERREIRA, V. S. Expectativas da família, crianças e professores a respeito do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. In: *Educação*. Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 75-96, jan/abr 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/5862/4531> . Acesso em: 05 dez 2017.

FURGHESTTI, M. L. da S.; GRECO, M. T. C.; CARDOSO, R. C. F. Ensino Fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento. *Anais do IX Seminário da ANPED Sul*, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2470/354> . Acesso em: 07 dez 2017.

MOLON, S. I.; PEREIRA, L. B.; AVILA, A. B. de.; TRINDADE, C. O que os alunos do primeiro ano estão aprendendo em sala de aula: a posição das crianças e de seus familiares. In: *Momento*, v. 24 n. 1, p. 59-87, jan./jun. 2015. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/momento/article/viewFile/5037/3743%3E%20Acesso> . Acesso em: 19 nov. 2017.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: *Seminário "Alfabetização e letramento em debate"*, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em

27/04/2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf . Acesso em: 08 dez 2017.

PEREIRA, Adriana da Silva Alves. *O sucesso escolar de alunos dos meios populares: mobilização pessoal e estratégias familiares*. Dissertação [Mestrado em Educação]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), 2005. Disponível em:

<http://www.bdae.org.br/bitstream/123456789/779/1/tese.pdf> . Acesso em: 08 dez 2017.

ROCHA, M. S. P. de M. L. da. A atividade lúdica, a criança de 6 anos e o ensino fundamental. In: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, vol. 13, n. 2, julho/dezembro de 2009, p.203-212. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n2/v13n2a02.pdf> . Acesso em: 08 dez 2017.

Recebido em: 10.10.2017

Aprovado em 10.12.2017